

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITO À DIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DOCENTE EM PALMAS TOCANTINS

INCLUSIVE EDUCATION AND THE RIGHT TO DIVERSITY: A CASE STUDY ON EDUCATION IN HUMAN RIGHTS AND TEACHING TRAINING IN PALMAS TOCANTINS

**Aline Kelly Lopes da SILVA¹, Severina Alves de ALMEIDA Sissi²,
Jeane Alves de ALMEIDA³, Ângela Maria SILVA⁴, Amina Muhamad Mota MUSTAFÁ⁵**

¹ Graduada em História, pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2009).

² Professora Adjunta da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT atuando nos cursos de Graduação: Bacharelado em Odontologia, Bacharelado em Administração de Empresas, Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnológico em Radiologia. Pós-doutoranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins UFT. Doutora em Linguística (Sociologia da Linguagem) com ênfase em Linguagem e Sociedade, Interação Sociocultural e Letramento UnB (2015). Possui Mestrado em Ensino e Formação de Professores de Língua e de Literatura, Linguagem, Educação e Diversidade Cultural pela Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT (2011). É graduada em Pedagogia pela UFT (2009). E-mail: sissi@faculadefacit.edu.br; sissiunb@gmail.com. sissiuft.edu.br.

³ Possui graduação em Ciências biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999) e doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Sul da Bahia. Tem experiência em Zoologia e bioquímica aplicada, com pesquisas em alterações funcionais em peixes tropicais submetidos a estresse ambiental, além de pesquisas na área de educação, com ênfase em educação a distância e formação de professores de biologia e Ciências. E-mail: jeaalmeida87@gmail.com.

⁴ Mestre em Educação e Odontologia. Graduação em Pedagogia e Odontologia.. Diretora-Geral da Faculdade de Ciências do Tocantins. E-mail: angela_ortoface@hotmail.com.

⁵ Graduação em Medicina pela PUC Goiás. E-mail: amina_mmm@hotmail.com.

Resumo

Este ensaio, parte integrante de uma pesquisa em andamento, está inserido no campo de confluência: diversidade, desigualdades sociais e educação. O objetivo geral é identificar a efetividade do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, no que tange à educação em direitos humanos na escola, notadamente em relação à formação docente e seus reflexos na prática pedagógica. Além desse, buscamos investigar como o tema da diversidade sociocultural está sendo compreendido, considerando a heterogeneidade do espaço escolar da sala de aula; identificar se a escola está cumprindo seu papel de inclusão e se as diferenças do alunado são vistas como desigualdade e estigmatização (ou não); e quais são os fatores que favorecem a

incidência (ou não) de tais ocorrências. Os procedimentos metodológicos se configuram como interdisciplinar, aglutinando pesquisas qualitativa, bibliográfica, documental, exploratória e estudo de caso etnográfico. realizamos também, uma pesquisa de campo, que também se configura como a parte empírica, realizada de forma exploratória, mediante um roteiro básico de entrevistas com questionários aplicados nas escolas objeto do estudo, alcançando Diretores, Coordenadores e Professores. Quanto a estes, investigaremos sua formação, cujas informações serão sistematizados e analisados mediante reflexões qualitativas. Com os resultados, pretendemos contribuir com a efetivação de uma educação que considere os Direitos Humanos como prioridade na formação de professores e professoras, de forma que possam formar seus alunos para o exercício da alteridade.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação em Direitos Humanos. Formação de Professores. Diversidade. Alteridade.

Abstract

This essay, an integral part of an ongoing research, is inserted in the field of confluence: diversity, social inequalities and education. The general objective is to identify the effectiveness of the Inclusive Education Program: Right to Diversity, regarding human rights education at school, especially regarding teacher education and its reflexes in pedagogical practice. Beyond this, we seek to investigate how the theme of socio-cultural diversity is being understood, considering the heterogeneity of the classroom space of the classroom; identify whether the school is fulfilling its role of inclusion and whether the differences of the student are seen as inequality and stigmatization (or not); and what are the factors that favor the incidence (or not) of such occurrences. The methodological procedures are configured as interdisciplinary, agglutinating qualitative, bibliographic, documentary, exploratory research and ethnographic case study. we also conducted a field survey, which also constitutes the empirical part, carried out in an exploratory way, through a basic script of interviews with questionnaires applied in the schools object of the study, reaching Directors, Coordinators and Teachers. As for these, we will investigate their formation, whose information will be systematized and analyzed through qualitative reflections. With the results, we intend to contribute to the realization of an education that considers Human Rights as a priority in the training of teachers, so that they can train their students for the exercise of otherness.

Keywords: Inclusive education. Education in Human Rights. Teacher training. Diversity. Otherness.

1. INTRODUÇÃO

Estamos no decurso da segunda década do século XXI e o cenário apresentado pela educação no Brasil é, simultaneamente, de expectativa, desafios e perplexidade. Expectativa de encontrar meios que favoreçam o sistema de ensino a encontrar formas de acolher o imenso contingente de alunos e alunas que adentram nas escolas com o intuito de aprender, oriundas, na maioria dos casos, de famílias desfavorecidas social e culturalmente; desafios de agregar, num mesmo espaço físico, crianças e adolescentes que precisam ser apresentados a esta nova realidade, levando-os a entender que esta é uma nova etapa de suas vidas que pode oferecer perspectivas de um futuro melhor, a partir da educação escolar; e perplexidade por ser esta uma empreitada que envolve todos os aspectos da convivência dos agentes sociais participantes do processo, considerando os paradigmas que regem a vida nas escolas.

Com efeito, um problema crucial da educação brasileira no momento atual, é favorecer a emergência de uma escola que consiga atuar como agente formador de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais; escola essa onde crianças, adolescentes e jovens, ao chegarem, sejam respeitados em suas diferenças, aceitos em suas singularidades, entendidos enquanto sujeitos culturalmente diversos em suas formas de ser e de viver, e não estigmatizadas a partir de suas condições socioculturais.

Nesse sentido, e considerando a problemática acima descrita, propomos realizar uma pesquisa, cujo tema está circunscrito na perspectiva da diversidade e das desigualdades sociais presentes

na educação, sendo estes aspectos que dizem respeito diretamente à questão da educação em direitos humanos (EDH). Segundo Candau (1997) a EDH é um importante instrumento dentro de combate às violações de direitos humanos, já que educa na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos.

Dessa forma, nossa proposta se amplia buscando, a partir de um estudo sobre o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), realizar um estudo de caso sobre educação em direitos humanos e formação docente, partindo do pressuposto de que o professor precisa de um preparo teórico muito consistente para enfrentar os desafios e as perplexidades de uma sala de aula multicultural. Multiculturalismo esse que deve ser considerado no ato de educar.

Diante dessa situação, nosso questionamento é: Sendo a educação essencialmente uma ação humana, inserida no contexto dos Direitos Humanos, como está sendo tratado o tema da diversidade sociocultural na sala de aula, quando o acesso à educação coloca no espaço escolar, lado a lado alunos e alunas de culturas tão diversas? Está a escola cumprindo seu papel de inclusão? E não menos importante, como está sendo formado professor para atuar nesse cenário, considerando a proposta do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação (BRASIL, 2006)?

Os questionamentos estão postos, e mediante uma pesquisa, cujos objetivos e procedimentos para sua execução apresentamos a seguir, pretendemos elucidar e apresentar caminhos que favoreçam a educação em todas as suas

possibilidades, com reflexos positivos na aprendizagem de alunos e alunas, a partir da formação adequada de professores e professoras.

Com efeito, a educação no Brasil iniciou um novo período com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), tornando a escola acessível a setores da sociedade que até então se encontravam à margem do nosso sistema de ensino. É a partir daí que alunos e alunas com necessidades especiais e aqueles provenientes de domínios socioculturais desfavorecidos, passaram a ocupar os bancos das escolas. Sendo assim, é primordial que se desenvolvam estudos no sentido de realizar diagnósticos acerca da situação da educação ofertada, apresentado encaminhamentos, considerando a educação na perspectiva dos direitos humanos.

Nesse sentido, a pertinência e relevância da proposta de pesquisa aqui apresentada se evidenciam por ser este um trabalho que intervirá numa área do conhecimento acadêmico em permanente transformação, ou seja, a escola e seus desdobramentos pedagógicos, na busca de alternativas que promovam a excelência de uma educação inclusiva, que resulte na consecução de uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, a educação é um direito adquirido constitucionalmente, e nossa pesquisa será impactante também por apresentar, ao seu final, uma avaliação do programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), bem como sua eficácia (ou não) na formação de professores(as) que estão à frente de classes bastante heterogêneas.

Partindo desses pressupostos, nossa pesquisa

tem como objetivo geral “identificar a efetividade do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, no que tange à educação em direitos humanos na escola, notadamente em relação à formação docente e seus reflexos na prática pedagógica”. Como objetivos específicos elencamos: 1) Descrever e analisar o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, buscando perceber como este incide no âmbito da educação em direitos humanos; 2) Entender o que é Educação em Direitos Humanos e qual seu papel no sucesso e/ou insucesso escolar;

3) Investigar como o tema da diversidade sociocultural está sendo compreendido, considerando a heterogeneidade do espaço escolar da sala de aula; 4) Identificar se a escola está cumprindo seu papel de inclusão; se as diferenças do alunado são vistas como desigualdade e estigmatização (ou não); e quais são os fatores que favorecem a incidência (ou não) de tais ocorrências; 5) Perceber como está sendo formado professor para atuar nesse cenário, considerando a proposta do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, nossa pesquisa inscreve-se no paradigma de investigação qualitativa e da epistemologia interpretativa e se efetivará mediante a mobilização de um conjunto de técnicas e instrumentos centrados nas trajetórias de formação pertinentes para o acesso aos significados relevantes do ponto de vista dos indivíduos e das suas experiências idiossincráticas. A pesquisa se desenvolverá em momentos distintos contemplando: Estudos teóricos; Pesquisas: documental; exploratória e de campo, a partir dos procedimentos do estudo de caso do

tipo etnográfico. A investigação se dará na escola de tempo Integral Pe. Josimo e Escola Municipal de tempo Integral João Beltão (escola do campo) em Palmas, estado do Tocantins.

Os procedimentos incluem: Estudos Teóricos: Este procedimento se caracteriza por revisão e pesquisa bibliográfica, e se dará durante todo o período de realização do trabalho, de forma que subsidie as demais etapas da investigação. Pesquisa Documental: Tal procedimento se faz necessário uma vez que, para se estudar o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação (BRASIL, 2006); a educação em direitos humanos; a ação educativa que incide sobre a chegada e permanência de alunos em condições socioculturais na escola; bem como a formação do professor que atua nesse cenário, é necessário mapear historicamente tais eventos.

Estudo de Caso Etnográfico: Por ser esta uma pesquisa qualitativa por excelência, na qual o objeto está bem delimitado, ou seja, por buscarmos estudar algo singular, que tem um valor em si mesmo, escolhemos o estudo de caso. Isso porque este é um caso único, particular, distinto de outros, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (ANDRÉ, 2001). Tal procedimento se justifica por que estaremos inseridos numa comunidade escolar específica, onde elementos culturais se apresentam de forma expressiva.

Fase Exploratória: Esta, considerada uma etapa do processo de pesquisa do tipo estudo de caso, é de fundamental importância devido ao fato de encaminhar as fases subsequentes da pesquisa. Isso porque possibilita melhor entendimento

dos aspectos internos a serem investigados; proporciona a incidência de um diagnóstico acerca da realidade no ambiente da pesquisa, antecipando hipóteses e favorecendo maior visibilidade do corpus em todas as suas esferas.

Pesquisa de Campo: Esta, que também se configura como a parte empírica, será feita de forma exploratória, e se dará por meio de um roteiro básico de entrevistas com questionários aplicados nas escolas objeto do estudo, alcançando: Diretores, Coordenadores e Professores. Quanto a estes, investigaremos sua formação, informações serão sistematizados e analisados mediante reflexões qualitativas. Além destes, consultaremos a Diretoria Regional de Ensino de DRE, no que tange ao monitoramento e avaliação das escolas por esta entidade responsável e representativa no Estado que abarca em sua jurisdição as escolas a serem pesquisadas. Tais procedimentos e suas análises serão realizados com rigor, e as conclusões sistematizadas em relatórios qualificados, além de um descritor analítico das informações levantadas, nomeadamente em relação ao à educação para os direitos humanos e a formação do professor nesse contexto.

2. REVISÃO DE LITERATURA - Esboço do referencial de análise

O referencial teórico da pesquisa abrange as seguintes áreas de conhecimento: políticas públicas em educação; educação em direitos humanos; diversidade sociocultural; multiculturalismo; educação inclusiva; sucesso e fracasso escolar; formação e prática docente no contexto educacional da diversidade e do pluralismo. Sendo assim, apresentamos a seguir um esboço do que será priorizado na discussão e

análise dos resultados da pesquisa.

2.1. Políticas públicas em educação e direitos humanos na escola: O Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade do MEC em perspectiva

No tocante às políticas públicas e como estas se manifestam no contexto educacional, nosso referencial teórico metodológico se insere na perspectiva histórico-dialético, considerando-se a educação como uma mediação específica da formação humana na totalidade histórica das relações sociais (RAMOS, 2007). Nessa perspectiva, avalia-se “que as práticas instituídas não são neutras nem estáticas; ao contrário, têm um fundamento filosófico e ideológico afinado com uma determinada concepção de mundo e, assim, com um projeto de sociedade, construídos a partir de um ponto de vista de classe” (IBID, p. 148), de sorte que seu conteúdo é expressão de hegemonia e, como tal, está sempre inserido num campo de disputa.

Em relação ao Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, a concepção dos direitos humanos em educação e da participação de todos no movimento em prol da educação inclusiva é um desafio assumido. O intuito é a melhoria da qualidade do atendimento educacional enquanto uma necessidade que se impõe para garantir o direito público e subjetivo de cidadania e inclusão das pessoas provenientes de contextos socioculturais diversos. Ademais, a concepção de educação inclusiva pressupõe uma nova maneira de entendermos as respostas educativas com vistas à efetivação do exercício da docência no acolhimento da diversidade (BRASIL, 2006).

2.2. Diversidade sociocultural e multiculturalismo

O tema do multiculturalismo é especialmente polêmico e, segundo Candau (2002) uma das características primordiais deste campo de estudos constituído pelas questões multiculturais é exatamente o fato de estar atravessado pelo acadêmico e o social, imbricando para a produção de conhecimentos e a militância. Sendo assim:

[...] Convém ter sempre presente que o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os referidos às questões identitárias, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo. Sua penetração na academia deu-se num segundo momento e, até hoje, me atreveria a afirmar, sua integração no mundo universitário é frágil e objeto de muitas discussões, talvez exatamente por seu caráter profundamente marcado pela intrínseca relação com a dinâmica dos movimentos sociais. Não é possível trabalhar questões relativas ao multiculturalismo sem um diálogo intenso com os grupos sociais, relação esta que passa por algum tipo de presença nos diferentes fóruns da sociedade em que os conflitos e embates multiculturais se dão (CANDAU, 2002, p. 130).

Com efeito, a concepção de multiculturalismo da autora se aproxima do que entendemos por

diversidade sociocultural no âmbito das relações complexas da sala de aula e da convivência plural que aí se estabelece. Nesse sentido, Silva e Brandim (2008, p. 54) identificam como entrave à convivência plural o fato de caminharmos a passos lentos quando se trata de acolher a diversidade cultural, “sobretudo, quando se considera a rapidez com que assumimos práticas preconceituosas, racistas, estereotipadas ou xenofóbicas diante do ‘outro’”. E mais: apesar das conquistas alcançadas em todos os países do mundo ocidental, tais como o Brasil, “as ações efetivas têm sido tímidas na maioria das instituições formadoras (incluindo as escolas e universidades) com vistas a uma educação multicultural capaz de ensinar e aprender a lidar com práticas discriminatórias” (SILVA E BRANDIM, 2008, p. 54), pois, quando muito, sobressai-se a retórica vazia de sentido político, sem grandes repercussões concretas.

2.3. Educação inclusiva, sucesso e fracasso escolar

A inclusão escolar, de acordo com Alves e Barbosa (2006), é um paradigma educacional que tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de alunos e alunas. As autoras recorrem a Abramowicz (1997) argumentando que a escola não pode tudo, mas pode muito. Pode acolher as diferenças, de sorte que é possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. Ademais, a aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, mas a aprendizagem ocorre, sempre.

“Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados” (ABRAMOWICZ, 1997 *apud* ALVES E BARBOSA. 2006, p. 7).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a inclusão escolar no âmbito do acolhimento de alunos oriundos de diferentes setores da sociedade, não se limitando àqueles com necessidades especiais. Nesse sentido, assume relevância a formação do profissional que estará diante da classe, o qual precisa de preparo teórico e prático que favoreça o diálogo com a diversidade sociocultural presente na sala de aula. Afinal, a democratização do ensino põe face a face diferenças sociais importantes, além de trazer para debate questões de gênero e etnias com as quais a escola tem que conviver. Apesar de todos os agentes da escola estarem envolvidos no processo educativo, é o professor que mais veementemente enfrenta os desafios imediatos, cabendo a ele promover estratégias capazes de “seduzir” os estudantes a permanecerem no ambiente da sala de aula.

Tratando da questão relativa à formação docente no âmbito da inclusão, Alves e Barbosa (2006, p. 20) afirmam que historicamente esses profissionais têm construído um campo de conhecimentos que lhes permite alicerçar sua prática, mas estão inseridos em modelos de formação e referenciais de docência reducionistas que não comportam a complexidade dos processos de ensinar e de aprender na e com a diversidade. Segundo Canen e Xavier (2011), a formação de professores, seja

ela inicial, continuada ou permanente, constitui-se como um *locus* privilegiado, não só para refletir e discutir sobre essas questões, como também para a criação e a implementação de proposições

que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Um Projeto coletivo de investigação da prática pedagógica de professoras da escola normal. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-59.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso 12 de outubro de 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso 12 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso 12 de outubro de 2013.

CANAU, Vera Maria Ferrão. SOCIEDADE, COTIDIANO ESCOLAR E CULTURA(S): UMA APROXIMAÇÃO. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acesso 12 de outubro de 2013.

CANAU, Vera Maria Ferrão. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores"; In:

CANAU, V. M. F. (Org.). **Magistério: Construção cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set.-dez. 2011. Disponível: www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07.pdf. Acesso 12 de outubro de 2013.

CIAVATTA, Maria. Qualificação, Formação ou Educação Profissional. In: **Contexto e Educação**. Ijuí, ano 13, nº 51, pp. 67-86, Jul./Set 1998. CUNHA, L. A. O ensino de ofícios artesanais nos primórdios da industrialização (Volumes, 1,2 e 3, São Paulo, Editora da UNESP, 2000.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. 2007. Disponível: www.educacao.rs.gov.br/. Acesso 12 de outubro de 2013.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013. Disponível: www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf. Acesso 13 de outubro de 2013.

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa: Ano I - nº 1**: pp. 51-66: jan./jun. 2008. Disponível: www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/. Acesso 12 de outubro de 2013.